

ACM fixa prioridade para mudanças na Justiça

Emenda que cria efeito vinculante de sentenças judiciais e Código Civil terão votação apressada

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), vai pedir o empenho dos senadores para votar em prazos previamente definidos o projeto do Código Civil, que tramita no Congresso desde 1975, e a emenda que institui o efeito vinculante no Judiciário. O efeito vinculante obrigará os juízes a se guiarem pelas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento de processos idênticos aos já examinados pela Corte. É tido como a melhor fórmula para desobstruir a Justiça.

De acordo com o líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI),

ACM quer que o código seja votado dentro de três meses. O prazo de votação da emenda do efeito vinculante defendido pelo novo presidente do Senado é de um mês.

Napoleão apresentou emenda à proposta que restringe o efeito vinculante das decisões do STF aos processos relacionados ao Direito Tributário e Direito Previdenciário. Ele alegou que essas áreas respondem por cerca de 50% das demandas jurídicas examinadas pelo Supremo. O presidente do STF, ministro Sepúlveda Pertence, concor-

dou que são esses assuntos que tornam a medida imprescindível. Pertence disse que nunca pensou em adotar o efeito em processos penais e do Direito de Família.

Adiamento — O líder do PFL obteve a concordância de ACM para adiar por uma semana o preenchimento das sete comissões permanentes do Senado.

O nome dos presidentes e novos integrantes será divulgado oficialmente na terça-feira. Napoleão argumentou que até lá as bancadas poderão escolher seus representantes sem pressa.



**DEFINIÇÃO
DE COMISSÕES
FOI ADIADA
PARA TERÇA**

A disputa dos partidos se concentra em três comissões: Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE) e Relações Exteriores (MRE). Cada uma delas tem, pelo menos, três candidatos. Os senadores Romeu Tuma (PSL-SP), José Agripino e Bernardo Cabral (PFL-AM) disputam a CCJ. Ney Suassuna (PMDB-PB), Vilson Kleinubing (PFL-SC) e Carlos Bézerra (PMDB-MT) desejam presidir a CAE.

Já a Comissão de Relações Exteriores, tida como o "filé" das comissões, é almejada por quase todos os senadores. É uma comissão que dá status ao parlamentar e não exige muita presença. Mas há o consenso de que sua presidência deve ser entregue ao ex-presidente do Senado José Sarney (PMDB-AP), se ele aceitar o cargo. (R.C.)